



**POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS PARA IDOSOS: O DESAFIO DA  
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E HUMANA, MEDIADA PELA EDUCAÇÃO  
SOCIOGERONTOLÓGIA**

**SOCIAL POLICIES RETURNED TO ELDERLY: THE CHALLENGE OF POLITICAL  
AND HUMAN EMANCIPATION, MEDIATED BY SOCIOGERONTOLOGY  
EDUCATION.**

**Jeanete Liasch Martins De Sá  
Pontifícia Universidade Católica De Campinas- Faculdade De Serviço  
Social(PUC/CAMPINAS)**

**Resumo:**

Este trabalho é o resultado da análise reflexiva sobre a relação entre política social, emancipação política e emancipação humana, a partir de atividade de extensão universitária voltada à educação sociogerontológica, para a implantação do programa de atenção e inclusão de idosos na Região Metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo. Fundamenta-se em autores que consideram, na perspectiva marxista, o importante papel, embora relativo, da educação como instrumento de emancipação política, tida como o único espaço historicamente possível para a acumulação de forças em direção à emancipação humana. Focaliza o envelhecimento enquanto expressão da questão social, presente nas políticas públicas, nas relações humanas e sociais e coloca a educação sociogerontológica como meio de contribuição para a ampliação de horizontes tanto dos profissionais, quanto dos trabalhadores que envelhecem, na perspectiva de ultrapassagem dos limites postos pelo capital em direção a uma nova forma de sociabilidade.

**Palavras chave:** políticas sociais para idosos, emancipação, educação sociogerontológica.

**Abstract:**

This work is the result of the reflexive analysis on the relation between social policy, political emancipation and human emancipation, from a university extension activity geared to sociogerontological education, for the implementation of a care and inclusion program for the elderly in the Metropolitan Region of Campinas, State from Sao Paulo. It is based on authors who consider, in the marxist perspective, the important, albeit relative, role of education as an instrument of political emancipation, considered as the only historically possible space for the accumulation of forces towards human emancipation. It focuses on aging as an expression of the social question, present in public policies, in human and social relations, and places sociogerontological education as a means of contributing to widening the horizons of both professionals and aging workers, with a view to overcoming the limits imposed by capital towards a new form of sociability.

**Keywords:** social policies for the elderly, emancipation, sociogerontological education.

# **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



## **1 INTRODUÇÃO**

A análise e reflexões contidas neste trabalho partem de inquietações suscitadas pela experiência de educação sociogerontológica, através de oficinas temáticas, para a implantação/implementação de um Programa de Inclusão e Atenção à Terceira Idade na Região Metropolitana de Campinas/SP no período de 2014 a 2017. Trata-se de projeto de extensão universitária, fruto do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP, classificado e contemplado com verba do ProExt/MEC 2015.

A Região Metropolitana de Campinas – RMC- é composta por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. O expressivo contingente regional de idosos, em 2017, estava estimado, segundo a Fundação SEADE, em 417.911 pessoas com 60 anos para mais, sendo 184.422 homens e 233.489 mulheres (SEADE, 2017).

Participaram das oficinas, no biênio 2014-2015, cerca de 40 representantes dos municípios da RMC, dentre administradores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e professores de educação física, incumbidos da formulação/implementação de programas, projetos e ações voltados aos idosos nos seus municípios de origem. Foram realizados 18 encontros gerais e 7 reuniões para assessoria aos municípios em relação a temas decorrentes das oficinas.

A metodologia participativa permitiu a socialização das experiências municipais com idosos e a reflexão crítica sobre a realidade social, à luz do referencial teórico cuidadosamente selecionado para esse fim. O trabalho resultou na efetivação das políticas sociais voltadas para o idoso, através da elaboração e implantação de projetos em todos os municípios, conforme as demandas locais, no âmbito da emancipação política. Vislumbrando possibilidades de ampliação de horizontes, os participantes das oficinas levantaram a necessidade de estender a educação sociogerontológica, em 2016-2017, para outros profissionais que atuam diretamente com idosos nos CRAS, nos CREAS e nos Centros-Dia, além dos representantes dos Conselhos Municipais do Idoso, tanto do poder público quanto da sociedade civil. A

# **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



perspectiva foi a de efeito multiplicador social, de modo a atingir um número crescente de cidadãos idosos, utilizando-se, para tanto, do método de aproximações sucessivas, de modo a que o conteúdo educacional continuasse a ser replicado nos municípios/organizações, com ações mais efetivas e eficazes de inclusão e atenção ao segmento idoso, mobilizando-o no sentido de ser protagonista e também um agente multiplicador, no processo de superação da emancipação política e na promoção da emancipação humana.

Cada um dos quatro grupos contou com cinco encontros mensais, perfazendo 25 horas, incluindo atividades teóricas e práticas.

Nas oficinas de capacitação sociogerontológica com representantes dos Conselhos Municipais de Idosos participaram 43 pessoas dentre profissionais e representantes da sociedade civil. Com relação aos CRAS foram 43 profissionais, aos CREAS 40 e aos Centros –Dia 16, uma vez que o número desses equipamentos em funcionamento ainda é pequeno na Região.

Importante destacar a participação nas Oficinas de profissionais das mais diferentes áreas: assistentes sociais, psicólogos, advogados, médicos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, enfermeiras, professoras de educação física, pedagogas, além de representantes da sociedade civil.

Como parte da metodologia, coube a elaboração, sob a responsabilidade de cada município/organização, de propostas de ação, de efeito multiplicador social, que permitissem replicar o conteúdo da capacitação sociogerontológica, para elaboração de um Dossiê de abrangência regional.

Estrategicamente, a capacitação esteve voltada para profissionais e representantes de duas frentes importantes: uma, de natureza deliberativa, responsável pela formulação da Política Pública Municipal do Idoso – os Conselhos Municipais do Idoso. Outras, fazendo parte da instância executiva ou seja, o CRAS e os CREAS. Abarcou ainda os Centros-Dia - equipamentos de atendimento à população idosa, no âmbito da proteção social especial de média complexidade. Todas essas unidades atendem ao segmento idoso e fazem parte de políticas sociais na área da assistência social, articuladas com a área da saúde e outras.

## **2 POLÍTICA SOCIAL, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA**

## II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, à sociabilidade resultante do modo capitalista de produzir e reproduzir-se e à luta entre capital e trabalho que exigiu do Estado ações para amenizar as desigualdades sociais decorrentes da exploração da classe trabalhadora. Logo, estão ligadas diretamente à questão social, ou seja, ao conjunto das expressões dessas desigualdades.

Para Faleiros, políticas sociais “são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes” (FALEIROS, 1991, p. 80).

É fundamental salientar que, em razão da constante luta entre capital-trabalho, as políticas sociais podem trazer contribuição ou para a reprodução dos interesses do capital ou para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A emancipação política do Estado limita-se às imposições da revolução burguesa, tal como Marx a define na Questão Judaica (1991). Os fundamentos desse tipo de emancipação encontram-se na sociedade civil, ou nas relações econômicas. Suas raízes histórico-ontológicas estão fixadas no ato de compra e venda de força de trabalho.

Para Marx a emancipação política tem um caráter positivo, não obstante ser essencialmente limitada. Como ele mesmo afirma (1991, p. 28): “Não há dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana *dentro* do contexto do mundo atual”.

As políticas sociais, em que pese a sua importância, não são o caminho para a emancipação humana, uma vez inseridas nas fronteiras da emancipação política. Nesse sentido, Behring e Boschetti (2006) afirmam:

Portanto, se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 46)

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A emancipação política também não está isenta das contradições da emancipação humana. Logo, há que se pensar em meios estratégicos de ação e aqui se coloca a educação, que embora, por si só seja incapaz de promover a transformação social e a emancipação humana, tem papel fundamental e imprescindível. Interessante observar que na concepção marxista, conforme Mészáros (2005, p. 65) a “efetiva transcendência da auto alienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional.

Considerando que os trabalhadores não formam uma classe homogênea, ocupando diversas posições no mundo do trabalho, considerando ainda que a relação entre as classes incorpora as lutas de grupos e segmentos sociais, a emancipação passa pela consideração das especificidades dos diversos atores sociais. A educação, por sua vez busca atender à realidade de cada segmento.

### **3 O SEGMENTO IDOSO NA ORDEM DO CAPITAL**

Quem é o idoso na sociedade capitalista? É o trabalhador que envelhece e se torna vulnerável por perder a sua condição de força de trabalho e de funcionalidade para o capital, estando sujeito a políticas públicas, principalmente as de proteção social, que ocorrem numa conjuntura desfavorável, e cuja regulação econômica e social é controlada pelo mercado.

O envelhecimento aparece como expressão da questão social face à vulnerabilidade massiva da classe trabalhadora, caracterizada pela pobreza, doença, discriminação, maus tratos e abandono, exclusão das relações de produção, do espaço público, político e cultural.

Essas dificuldades passam a ser alvo da ação governamental, através de políticas sociais, mas são, na verdade, o resultado das lutas e reivindicações dos trabalhadores, dos aposentados, das associações de idosos, dos intelectuais e profissionais que atuam com esse segmento.

Para se compreender a constituição do segmento dos trabalhadores envelhecidos, enquanto força política e estratégica, é preciso atentar para o fato de que eles não formam um grupo homogêneo. Existem vários modos de envelhecer na ordem do capital, assim como mais de uma geração de velhos. O fenômeno da longevidade acabou por constituir dois grupos de idosos: os velhos propriamente ditos e os “novos velhos”. São pais e filhos, duas

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



gerações que estabeleceram, a partir do jogo de poder, relações de referência, contraposição ou oposição e que hoje convivem, muitas vezes, na mesma residência.

Lenoir (1998) afirma que:

A “velhice”, assim como a “juventude”, não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado (variável) das relações de força entre as classes e, em cada classe, das relações entre as gerações, isto é, da distribuição do poder e dos privilégios entre as classes e entre as gerações. (LENOIR, MERLLIÉ, PINTO, 1998, p. 71-72)

Se, pretendemos trabalhar com esse segmento, no sentido da emancipação política em direção à emancipação humana, precisamos explicitar as delimitações entre as gerações de velhos que coexistem na sociedade capitalista contemporânea bem como os elementos que facilitam ou dificultam o processo da educação sociogerontológica.

A geração dos mais velhos de hoje - os pais - passou por condicionamentos socioculturais próprios das décadas de 30 e 40 do século passado. Quando crianças e jovens submeteram-se a normas morais rígidas, voltadas para o respeito à dignidade da pessoa humana e os princípios da moral pessoal. A grande maioria teve pouco acesso à educação formal e aqueles que estudaram tiveram uma formação integral, com ênfase na capacidade física, intelectual e espiritual.

Essa geração, que alcançou hoje oitenta anos para mais, é constituída por idosos que participaram de um mundo em tensão. Vivenciaram o processo da industrialização e urbanização em seus primórdios. Assistiram a golpes de Estado, prisões, censura, torturas, e terror policial. Foram testemunhas oculares de arbitrariedades. Tiveram poucas oportunidades de participar de ações democráticas, o que lhes prejudicou a capacidade de reconhecer a importância do pensamento ou da ação política.

Esses idosos de hoje passaram, na vida ativa, a usufruir dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, através das políticas sociais e, em razão disso, apoiaram e aderiram ao comando da burguesia nacional e ao governo populista.

Uma parte desses velhos vivenciou, nos próprios lares, o conflito de gerações e a rebeldia dos filhos, na década de 60 e 70, que viriam a se constituir nos “novos velhos” de hoje - uma geração originada do *baby-boom* do pós-guerra. São os *baby boomer* ou filhos da Segunda Guerra Mundial, denominados de “geração televisão”, “geração coca-cola”, cuja consciência foi moldada por novos

## II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



personagens, apelos a novos produtos alimentícios, inovações em várias áreas, resultando em estilos diferentes de vida. Essa geração passou por um processo de homogeneização de usos e costumes.

Um grupo dentre os “novos velhos” que chama a atenção, mas não é maioria, é aquele que questionou o *status quo*, desafiou a autoridade, entrou em conflito com os pais, buscou a liberdade sexual, adotou a filosofia *hippie*, experimentou drogas (LSD). A educação liberal estimulou a capacidade de expressão desses jovens tornando-os mais críticos e contestadores quanto à pobreza, racismo, guerras, poluição atmosférica, o consumo desenfreado e a prevalência dos valores estéticos. A concepção ideal de mundo estava baseada no amor, na arte e na paz.

Poder-se ia atribuir a esse grupo um potencial significativo para contribuição no sentido da emancipação humana, quer na fase da vida adulta ou mesmo na velhice. No entanto, a história mostra uma realidade bem diferente. Enquanto trabalhadores, esses jovens trocaram filosofias anteriores pela escalada econômica, com metas cada vez mais materialistas. A imagem *hippie* dos anos 60 foi substituída pela *yuppie* dos anos 80 ou seja, a do jovem profissional urbano, com formação universitária, preocupado com as tendências da moda, tendo situação financeira intermediária, entre a classe média e a classe alta. Uma parte dos idosos desse grupo continua trabalhando, mesmo após a aposentadoria.

Dentre os “novos velhos” existem, além dos grupos de classe média, os grupos de idosos vulneráveis, em situação de risco, ou com vínculos rompidos, dependentes das políticas sociais, principalmente na área da saúde, assistência social e previdência. Igual situação encontramos na geração dos “mais velhos”.

Essas conquistas, consubstanciadas nas políticas sociais, mantidas pelo fundo público, e que fazem parte da emancipação política, devem ser um dos focos de luta do segmento idoso, de modo a não permitir que, diante da crise e da instabilidade do capitalismo esse fundo seja utilizado para socorrer o grande capital, financiando a riqueza.

Quando se analisa o potencial de luta dos idosos das duas gerações atuais, verifica-se uma autonomia relativa, atrelada à condição de classe e com episódios de ações coletivas pontuais. Tanto os “mais velhos” quanto os “novos velhos” chegaram à velhice como trabalhadores aposentados ou ainda ativos no mercado de trabalho. Logo, eles trazem para essa fase da vida e para o contexto da ofensiva neoliberal as características próprias da luta da classe trabalhadora, dos avanços, retrocessos e estagnações.

Resta-nos indagar: Diante dessa realidade complexa e multifacetada do segmento idoso, inserto na classe trabalhadora, que possibilidades se colocam para uma ação educativa que potencialize o seu protagonismo para a superação de condições sociais opressivas? Como



trabalhar a emancipação política na perspectiva de ultrapassagem, em direção à emancipação humana? Qual o papel da educação sociogerontologia?

Essas questões não foram originadas apenas da reflexão com base num referencial teórico, mas são o resultado de inquietações originadas na “práxis”, no sentido a ela atribuído por Marx em sua tese contra Feurbach de número 11: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (Marx, 1978).

#### **4 A “EMANCIPAÇÃO POLÍTICA” E A DEFESA DE DIREITOS DOS IDOSOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**

Numa região de grande porte como a RMC, a emancipação política "funcional" à ordem do capital, em sua racionalidade própria e em sua dinâmica, abarca uma série de fatores que condicionam, de maneira positiva ou não as políticas sociais. São eles: os múltiplos poderes de decisão; as particularidades dos sistemas administrativos; a diversidade das condições socioeconômicas; a capacidade dos governos locais de proverem serviços sociais universais; o funcionamento das relações intergovernamentais entre as esferas federal e municipal; as políticas sociais próprias; as condições de arrecadação que garantem a autonomia local e a sustentabilidade dos programas sociais; os recursos existentes; a estruturação da área de proteção social; a interface entre as políticas sociais; o trabalho em rede e os conselhos de direitos locais.

Limitadas pelo capital, as políticas públicas de direitos, de proteção social e de inclusão do idoso encontram-se presentes nos municípios da RMC, ainda que de maneira tímida, sendo traduzidas em benefícios, serviços, programas e projetos em diferentes áreas, com maior intensidade na assistência social, seguida da saúde, cultura, esporte e lazer.

As constantes reflexões proporcionadas pela socialização das experiências municipais, sua inserção na atual conjuntura e sua análise à luz do referencial teórico permitiram configurar a seguinte realidade regional com relação à implementação de políticas sociais, em especial as que buscam atender ao segmento idoso: ações pontuais, compartmentalizadas, distantes das necessidades da população, sem vínculo intersetorial ou interação entre profissionais do social que, por sua vez, não estão capacitados para atuar com idosos; domínio

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



da política econômica sobre a política social; desresponsabilização do Estado para com a coisa pública; crescente mercantilização dos serviços básicos; baixa arrecadação, crise orçamentária, repasses insuficientes; municípios maiores com destinação de menos recursos para atender a uma demanda social maior; cultura clientelista e localista; superposição de competências; dificuldade de coordenação; falta de diálogo com os entes de governo; escassez de intersetorialidade das ações; inexistência de articulação entre as políticas de desenvolvimento urbano e social; necessidade de estruturação da rede formal de proteção ao idoso nos municípios, com a definição clara de papéis entre os órgãos que a compõem, estabelecimento de fluxo no atendimento, articulação, capacitação profissional, comunicação e articulação; falta de estímulo às redes informais de apoio e proteção aos idosos, principalmente em relação às famílias, que carecem de capacitação para o cuidado ao idoso; quatro municípios da RMC não possuem o Conselho Municipal do Idoso e em outros a sua constituição se dá apenas para cumprimento formal de exigências legais para repasse de recursos; a RMC conta com apenas quatro Centros-Dia em funcionamento.

Se por um lado, a realidade regional apresenta entraves, existem também os avanços respaldados na Constituição de 88; na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003).

Observamos, também, que as ações voltadas aos idosos da RMC, na sua interface com a Política Nacional da Assistência Social (2004) e com a NOB SUAS (2005) abarcam os direitos relativos à promoção da garantia da proteção social, nos seus diferentes níveis de complexidade. A interface ocorre ainda com relação à Política Nacional de Saúde, mais especificamente a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999; 2006).

No âmbito do Estado de São Paulo e dos municípios da RMC há leis e decretos relacionados à criação de Conselhos do Idoso, Fundo do Idoso, garantia de transporte gratuito e atendimento preferencial.

Em que pesem as conquistas sociais obtidas até o presente momento, o arcabouço jurídico nacional e o número considerável de instituições e organismos voltados para a 3ª idade, em termos de políticas sociais, ainda estamos longe de garantir a essa parcela da população o atendimento às suas demandas e direitos. Isto ficou evidente na RMC.

A efetivação das políticas sociais, condicionada ao modelo neoliberal move-se num contexto contraditório de avanços e retrocessos. No entanto, as barreiras impostas pelo capital não devem ser motivo de intimidação ou comodismo, mas de provocação de uma



postura defensiva de luta pela manutenção dos direitos conquistados historicamente, luta essa que se dá nos limites mesmo da emancipação política, que não está isenta das contradições da emancipação humana.

A postura defensiva permite acumular força, assim como os direitos permitem relações democráticas, que facilitam a caminhada em direção a uma outra ordem social. Isto acontece ainda no âmbito do Estado, por isso tem a natureza defensiva.

Nesse processo, a educação que embora seja incapaz de promover, por si só a transformação social e a emancipação humana, tem papel fundamental e imprescindível.

## **5 A EDUCAÇÃO SOCIOGERONTOLÓGICA COMO MEIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA**

As argumentações, até agora colocadas, apontam para o papel relevante da educação, no sentido da emancipação política em direção à emancipação humana, devendo ocupar função central nas políticas públicas, nas relações humanas e sociais.

Com relação ao segmento idoso, a educação acaba por atender as suas especificidades, daí porque a denominamos de “educação sociogerontológica”, campo de conhecimento em construção, que entendemos como sendo a educação, de natureza interdisciplinar, voltada para o envelhecimento, enquanto expressão da questão social, presente tanto nas políticas públicas quanto nas relações humanas e sociais. Dirige-se aos profissionais que atuam nas políticas sociais voltadas para os idosos e a estes, no sentido de potencializar o seu protagonismo consciente e ativo. Trabalha a dimensão dos direitos civis, políticos e sociais, a cidadania, a democracia, circunscritas à emancipação política dos cidadãos idosos, na perspectiva de ultrapassagem em direção à emancipação humana.

A educação sociogerontológica, por ser produzida nas ações coletivas protagonizadas pelos idosos e pelos profissionais/educadores que com eles atuam, em espaços organizacionais, associativos e comunitários é caracterizada como “educação não-formal”. Nesse sentido, Maria da Glória Gohn (2006) apresenta importante contribuição quando aponta as suas dimensões, relacionando-as à “aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos”. A autora destaca ainda a capacitação para a organização com objetivos

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



comunitários, a solução de problemas cotidianos coletivos, a intenção voltada para o “ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes”. Os objetivos, segundo Gohn se “constroem no processo interativo, gerando um processo educativo”. A informação é de natureza sociocultural e política, preparando os cidadãos, educando o ser humano, considerando os princípios de igualdade e justiça social. O método está baseado na “sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas” e no “campo do simbólico”, de “representações”, de “visões de mundo projetos societários, ideologias, propostas.

Se, de um lado, a educação sociogerontológica, enquanto educação social permite a explicitação da ideologia e do projeto político-cultural de um grupo de idosos, por outro, propicia a elaboração de um novo projeto, com pretensões emancipatórias: do individual, ao coletivo, do político, ao humano.

Nessa direção, vai criando uma sociabilidade democrática, busca a relação com possíveis movimentos emancipatórios, a partir de ou no interior das políticas sociais. Foi o que ocorreu através do efeito circular expansivo ou efeito em espiral de nosso trabalho, que atendeu, num primeiro momento, cerca de 2.615 pessoas, dentre: profissionais das mais diferentes áreas e secretarias municipais, gestores, grupos de idosos, famílias, equipe técnica das organizações sociais, usuários, instituições de ensino; clubes, igrejas e demais organizações da sociedade civil, cidadãos que recebem diversos atendimentos da rede de atenção ao idoso, beneficiários do BPC, representantes dos Centros Comunitários, conselheiros de direitos dos idosos. Foram sendo acrescentados, em todo o processo, novos agentes multiplicadores, inclusive os próprios idosos - sujeitos participantes - influenciando os pares, a família, a comunidade. Com isso, a consecução do objetivo de se promover ações com efeito multiplicador foi possível, não só do ponto de vista quantitativo, mas qualitativo.

É esse processo que permite a acumulação gradativa de forças na direção de ruptura dos limites próprios da ordem do capital, ainda que, articulando de maneira indireta, as ações da vida cotidiana com a perspectiva de emancipação humana.

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



## CONCLUSÃO

A experiência de educação sociogerontológica, na Região Metropolitana de Campinas, fundamentada na práxis, constituiu-se, de fato, num terreno fértil para a relação política social, emancipação política e emancipação humana.

Foi possível constatar como se manifesta a emancipação política "funcional" à ordem do capital nos municípios que integram a RMC, a operacionalização das políticas sociais, os entraves e os avanços, estes entendidos como fruto das conquistas resultantes da luta entre o capital e o trabalho. Observou-se ainda que as políticas sociais, contraditoriamente, têm potencialidades emancipadoras que precisam ser devidamente trabalhadas.

A análise do segmento idoso apontou para um condicionamento histórico que não favoreceu a participação política, sendo esse um dado a ser considerado com cuidado, no sentido de se proporcionar oportunidades objetivas de ações coletivas, movidas por interesses e necessidades comuns e articuladas a movimentos emancipatórios.

Os profissionais, por sua vez, não estão devidamente preparados para atuar com idosos na perspectiva emancipatória, quer de natureza política, quer humana, em razão do desconhecimento ou defasagem em relação aos fundamentos da gerontologia e às teorias que analisam o ser social burguês, as políticas sociais e o processo de emancipação.

A experiência demonstrou também a eficácia do método participativo, que permitiu a ampliação de horizontes para a educação sociogerontológica, com efeito multiplicador social, através de aproximações sucessivas, de modo que o conteúdo educacional pode ser replicado nos municípios/organizações, chegando mais perto do segmento idoso, no sentido do seu protagonismo e autonomia. Nessa perspectiva, os “muito velhos” e os “novos velhos” poderão ser também, agentes multiplicadores, agregando força ao processo de superação da emancipação política, rumo à emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social –fundamentos e história**. São Paulo:Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei Orgânica da Assistência Social** - Lei nº 8.742, Brasília, DF, de 7 de dezembro de 1993.

## **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. **Política Nacional do Idoso** – Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social– NOB-RH SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2006.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GOHN, M.G. **Educação não-formal na pedagogia social**. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext). Acesso em: 20 de Nov. 2015.

MARX, K. 1845. Teses contra Feuerbach *In: Marx. Coleção Os Pensadores*, Tradução de José Arthur Giannotti, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **A Questão Judaica**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R, MERLLIÉ, D; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO/FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Regional**. SEADE, 2018. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>